

A atual reestruturação produtiva e as lutas sociais: enfrentando ideologias

*Célia Regina Congilio Borges**

Resumo:

O propósito deste artigo é analisar os impactos dos processos capitalistas contemporâneos sobre a luta de classes. Buscamos evidenciar alguns aspectos ideológicos manifestados por eles e, em nossa opinião, largamente incorporados em várias frentes de lutas dos trabalhadores. A forma mais perceptível dessa afirmação revela-se em ações sindicais praticadas pela corrente que se tornou hegemônica no interior da CUT.

Aos que lutam contra a torrente que tenta impor o capitalismo como via de mão única e, especialmente, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), cujos membros vêm sofrendo repressões e métodos de tortura comparáveis aos praticados nos piores momentos do período da opressão militar no Brasil.

O objetivo deste artigo é analisar alguns aspectos dos processos dinâmicos do capitalismo e, particularmente, como atualmente eles rebatem na correlação de forças que imprime feições aos ordenamentos sociais e políticos do espaço territorial brasileiro. Visamos debater os impactos da ordem econômica contemporânea frente às políticas de desenvolvimento e organização/distribuição do trabalho configuradas nas atividades de reestruturações produtivas.

As indagações são as seguintes: uma vez estabelecido consenso em torno da idéia de que o desemprego, o aumento da violência e a desagregação social resultam das políticas econômicas em vigor, quais dinâmicas prevalecem para que a resistência a tais políticas não seja mais efetiva? No caso brasileiro, que rumos tomou o outrora *sindicalismo combativo* que emergiu a partir das greves no ABC paulista no final dos anos 70? Quais os aspectos da ideologia podem ser desvendados frente à insistência de políticas que, mantendo no discurso os apelos de integração à uma *ordem global*, deixam à margem de qualquer possibilidade de sobrevivência em condições mínimas de dignidade, populações inteiras nos diferentes espaços regionais do país? Que aspectos de resistência ainda persistem e quais estão sendo configuradas? Quais as possibilidades concretas de superação da barbárie imposta pelo regime atual de acumulação capitalista?

* Membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais — Neils, professora de Sociologia na Universidade Paulista — Unip e pesquisadora no Projeto Emprego e Desenvolvimento Tecnológico, coordenado pelo Dieese/Cesit.

A partir do início dos anos 90 no Brasil, e desde meados da década de 70 nos países desenvolvidos, um contra-senso vem adquirindo visibilidade e expondo, de forma antes nunca tão clara, as contradições que brotam no coração mesmo do modo capitalista de produção. Trata-se do aumento em ritmo acelerado da produtividade de bens e serviços, e portanto, da capacidade econômica das empresas, em contraposição à queda acentuada nos indicadores sociais em praticamente todos os países no mundo.

Ao contrário do ocorrido nos *anos dourados* caracterizados, pelo menos nos países que dominavam as dinâmicas do capitalismo mundial, por significativos avanços das conquistas sociais e da capacidade de consumo de grande parcela de trabalhadores, notadamente os dos setores fabris, essa onda atual de lucratividade se faz acompanhar por uma forte reconcentração de renda baseada na super exploração do trabalho, caracterizando uma nova fase cumulativa de capital como resposta à crise de crescimento que se fez notar nos anos 70.

A situação de indigência que hoje assola imenso contingente populacional, a insegurança que afeta a maioria dos empregados, somadas à falta de perspectivas envolvendo os aspectos materiais e subjetivos da existência e atinge tanto os jovens pobres como os de poder aquisitivo entre médio e alto, colocam em destaque uma das questões bastante caras aos setores de esquerda, aos nem tanto cá nem lá e também presente no discurso de praticamente todos os defensores do capitalismo como única possibilidade planetária da existência humana com abundância e, para isso, justificam todos os meios disponíveis para *manter a ordem*. Estamos nos referindo à função social do trabalho, reconhecido, por muitos, como capacidade em harmonizar homens e natureza, transformando os recursos da última, em primeira instância abundantes embora adversos, em benefício dos primeiros, definidos por serem dotados de inteligência racional.

A divisão internacional do trabalho no capitalismo "globalizado"

Reconhecendo-se que nem os recursos naturais são infinitos e nem o homem tem sido dotado de inteligência e razão na exploração da natureza, cabe aqui observar que os objetivos do trabalho humano sofreram sucessivas interferências ao longo da sua trajetória histórica. Não cabe neste artigo um resgate das diferentes histórias da divisão do trabalho desde quando a capacidade de alguns em realizá-lo pode ser expropriada em proveito de outros. De lá para cá, há quem defenda que o trabalho, enquanto categoria fundante da sociedade, está fadado a desaparecer. Para esses, a espécie humana, num futuro ainda próximo e sem mudanças radicais no modo de produção, poderá vir a usufruir do ócio, transformado em condição de potencialidades criativas e em lazer, em tempo quase integral. Claro que muitos da espécie já o fazem e são férteis em criatividade no uso, e porque não dizer abuso, das apropriações que perpetuam sobre o trabalho alheio. Tudo depende da posição de classe que se ocupa: lazer e ócio para alguns, trabalho estável e bem remunerado para poucos, semi-escravidão para muitos e penúria total para outros tantos.

Não colocaremos, aqui, discussão mais aprofundada sobre as formulações que indicam o “fim da sociedade do trabalho”, expressas principalmente por Clauss Offe (1989) e André Gorz (1987). Sem querer minimizar a importância do tema,¹ pois entendemos que o espaço deste artigo é por demais restrito, partimos do pressuposto que o trabalho apropriado se constitui ainda em fator basilar da acumulação capitalista e portanto das disposições sociais a ela associadas. Reafirmamos, pois, que sem transformações radicais da distribuição das riquezas resultantes do trabalho, de forma, é óbvio, não condizente com a ordem capitalista, o desenvolvimento técnico é incompatível com a emancipação humana.

É nas relações sociais de apropriação inerentes ao capitalismo que as riquezas produzidas pelo trabalho se convertem em benefício para uma parcela reduzida de seres humanos. O caráter técnico da divisão social do trabalho, conforme já explicado e fundamentado por Karl Marx, ao desenvolver força produtiva apropriada, produz novas condições de domínio do capital sobre o trabalho, apresentando-se como meio *civilizado e refinado de exploração*. Claro que tudo depende do significado que atribuímos aos termos. Civilização e refinamento, convenhamos, não constituem a prática do capitalismo no transcorrer de sua existência. Sem ir muito longe, basta assistirmos às barbáries que quotidianamente desfilam sob nossos olhos. Podemos citar apenas algumas: prostituição infantil, massacres e extermínios, principalmente de jovens nas periferias dos grandes centros urbanos e as várias práticas de tortura, inclusive aquela causada pela situação de desemprego. Afinal, entendemos também que, por diversas razões, a ética construída pelo capitalismo, tal como descrita por Max Weber, ainda confere atualidade à consideração do trabalho (mesmo apropriado) como ação que imprime sentido às aspirações e realizações do ser humano. Assim mesmo, individualizado. Não fosse isso, como explicar os estouros de vendas dos livros de “auto-ajuda” direcionados para o sucesso profissional?

Tendo portanto essas premissas como ponto de partida, queremos lembrar que o capitalismo, quando ainda se iniciava como forma predominante de organização das relações sociais, teve como propulsor uma forte e desigual divisão internacional entre oferta e demanda de produtos com diferentes agregações de valor de troca, divisão esta comandada pela imperial Inglaterra que estabeleceu regras também desiguais nos termos de troca de mercadorias entre os países.

Em outras palavras, o que atualmente se apresenta como *globalização da economia* pode ser traduzida como a capacidade hegemônica de alguns países, em diferentes fases do capitalismo, para comandar a divisão internacional do trabalho, de forma a incrementar, assim, processos de acumulação.

No que se refere à identificação atual da *globalização* com fenômenos decorrentes das inovações tecnológicas recentes que incrementaram a concorrência mundial, sempre é bom lembrar que ela está associada a diferentes

1. A autora já manifestou discordância em relação a eles em sua dissertação de mestrado (Borges, 1997).

formas da velha e sempre atualizada internacionalização da economia. Cabe aqui mencionar o velho, e sempre possível de ser atualizado, Karl Marx. Em 1867, ele observou: "(...) o barateamento dos produtos feitos à máquina e a revolução dos meios de transporte e comunicação servem de armas para a conquista de mercados estrangeiros. Arruinando com seus produtos o artesanato de países estrangeiros, a produção mecanizada transforma necessariamente esses países em campos de produção de suas matérias-primas. Assim, a Índia foi compelida a produzir algodão, lã, cânhamo juta, anil etc. para a Grã-Bretanha". (1994: 517)

É claro que o desenvolvimento histórico trouxe mudanças nas feições dessa internacionalização. Desde há muito tempo as empresas estão se transferindo para os chamados países periféricos, provocando surtos de industrialização combinados com a destruição de produções locais. Essas atividades são acompanhadas por pesados investimentos estatais em infra-estrutura, de forma a favorecer o fluxo do capital hegemônico. Atualmente, assiste-se ao acirramento desse processo, que, definido por François Chesnais, adquire o seguinte significado: "Quando se fala em mundialização do capital (ou quando se dá um contexto mais rigoroso ao termo inglês de 'globalização'), está-se designando bem mais do que outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação". (1996: 13)

Concordamos com o autor sobre a possibilidade de se distinguir determinados momentos na história do capitalismo onde "numerosos fatores desembocam num novo conjunto de relações internacionais e internas, que 'formam um sistema' e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões". (Idem: 14)

Tecendo comentários sobre como a divisão internacional do trabalho estimula ciclos de maiores e menores crescimentos econômicos, Marx relata: "A vida da indústria se converte numa seqüência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. A incerteza e a instabilidade a que a produção mecanizada submete a ocupação e conseqüentemente as condições de vida do trabalhador tornam-se normais como aspectos das variações periódicas do ciclo industrial. Excetuados os períodos de prosperidade, travam-se entre os capitalistas os mais furiosos combates, procurando cada um deles obter uma participação no mercado". (1994: 518)

Nesse contexto, pode-se afirmar, como bem a qualificou James Petras (1999), que *globalização* é um fenômeno que combina, paradoxalmente, competição de mercado predominantemente entre os grupos economicamente fortes, com colaboração entre eles para a ampliação e exploração conjunta desse mercado. Essa combinação resulta em intenso comércio internacional e diferentes processos sociopolíticos. Ao contrário do que sugere o termo, isso não conduz países indistintamente à pretensa integração na ordem mundial. Cunhadas como homogeneizadoras, as articulações entre os interesses dominantes desagregam e excluem, gerando processos desiguais de inclusão/exclusão seja nas áreas

urbanas, rurais, regionais e internacionais, de acordo com a forma como o trabalho é distribuído nos espaços planetários.

Não é, pois, sem explicação que, entre uma crise e outra do capitalismo, o mundo presenciou duas grandes guerras (sem contar as ações bélicas cotidianas e até mesmo banalizadas), cujos epicentros foram a partilha das potencialidades de acumulação dos países periféricos entre os países hegemônicos e uma disputa acirrada pelo comando dessa hegemonia que pressupõe, entre outros atributos, determinar os rumos da divisão internacional do trabalho.

Com a crise capitalista dos anos 70, um novo reagrupamento de países hegemônicos (Inglaterra e França enfraquecidas dão lugar ao Japão e Alemanha, tendo, desde a Segunda Guerra os Estados Unidos no comando) impulsionaram mudanças na divisão internacional do trabalho. Elas tiveram como ponto de partida o estabelecimento de novas regras nas transações comerciais de forma a favorecer esse reordenamento e a necessidade de incremento nos fatores de produtividade como forma de deter a crise em curso.

O efeito primeiro dessa crise foi o acirramento da disputa concorrencial entre os países e as empresas para ampliar seus espaços de mercado, empreendendo-se assim, mais um furioso combate tendo como meta a ampliação dos lucros, motor primeiro da viabilidade do capitalismo. Práticas simultâneas no campo institucional e nos setores produtivos levaram à constituição de uma nova ordem econômica com políticas regressivas em relação às conquistas sociais que precederam esse período. A recuperação das taxas de lucros teria como base a precarização quase absoluta do trabalho, em função do que, as organizações dos trabalhadores deveriam passar por um quase total desmantelamento. Força e ideologia combinaram-se nessa missão.

Tais processos têm sido acompanhados de imenso avanço nas tecnologias de informação, o que favorece a agilização das transações comerciais e financeiras entre os países, facilitando assim o deslocamento das grandes corporações para países que ofereçam maiores vantagens competitivas, tais como incentivos fiscais associados à mão-de-obra e matérias primas com menores custos.

Intenso desenvolvimento tecnológico ocorreu também na microeletrônica, na informática, na indústria química e na de novos materiais e compostos da biotecnologia, o que tem aumentado a distância dos países periféricos de uma mínima oportunidade da propagandeada inserção nos padrões assumidos pela concorrência internacional. Principalmente, se levarmos em conta as formas anteriores assumidas pela divisão do trabalho e os processos deficientes que geraram no desenvolvimento de pesquisa e tecnologia desses países.

Pode-se afirmar que mudanças na divisão internacional do trabalho têm gerado processos de difusão tecnológica que aprofundam disparidades regionais já demarcadas em períodos anteriores, provocando situações de inclusão/exclusão e precarização inter e intra regiões que acentuam as políticas direcionadas pelo apelo de inserção aos *padrões de competitividade*, colocado por necessidade da mundialização neoliberal.

A atual reestruturação produtiva

As feições assumidas pela reestruturação produtiva contemporânea combinam-se diretamente com os atuais processos da mundialização econômica. Isso traz em seu arcabouço alterações, também, nas formas ideológicas de dominação. Já não é mais novidade afirmar que os diferentes arranjos praticados nas reestruturações produtivas se constituem, em grande parte, como sustentáculos que contribuem para materializar as políticas econômicas e ideológicas do neoliberalismo.

Muitos aspectos das ideologias que sustentaram os padrões do *welfare state* sucumbiram com a crise dos anos 70, tornando a substituição das antigas formas de controle sobre o processo de trabalho e sobre os trabalhadores premissa dos novos tempos.

As formas atuais têm forte referencial no *modelo japonês* de organização produtiva, que, ao difundir no ocidente algumas fórmulas ditas *conceituais*, expressas no que foi divulgado *como novos paradigmas da produção*, geraram interpretações ambíguas sobre uma possível substituição dos métodos tayloristas/fordistas por outros, capazes de recompor a autonomia dos trabalhadores na produção.

Se antes o controle era prerrogativa dos gerentes intermediários e dos cronometristas da produção, tal como o instituiu Frederic Taylor no início do século, agora, até mesmo porque os novos equipamentos de base microeletrônica exigem alterações de ordem organizativa do trabalho, foram estabelecidas outras formas de gerenciamento da produção. Essas são agora mais condizentes com a necessidade do aumento da produtividade e rebaixamento de custos e aprofundam os princípios básicos do taylorismo/fordismo, combinando exclusão social e cooptação com o controle assentado em novos arranjos no gerenciamento da produção.

É necessário mencionar que tal afirmação contraria preceitos teóricos das mais diferentes correntes. Tem sido largamente difundido, mesmo pelos críticos mais aguerridos do neoliberalismo e da atual reestruturação produtiva, que os novos processos trazem elementos de ruptura com o taylorismo/fordismo. A Escola de Regulação Francesa, por exemplo, expressa que o sucesso do modelo japonês resulta da flexibilidade introduzida nos processos produtivos, em oposição à rigidez das formas adotadas pelo taylorismo/fordismo. Tais considerações, formuladas inicialmente por Aglieta (1986) e retomada por Lipietz (1992) e Coriat (1990), entre outros, consideram que a crise do capitalismo nos anos 70 é reflexo do esgotamento do padrão de acumulação empreendido no pós-guerra, o qual foi associado com as relações de produção estabelecidas pelo taylorismo/fordismo.

Na visão desses autores, o fim dos *acordos societais* que compatibilizaram capital e trabalho por intermédio do *welfare state* desencadeou também a crise do próprio fordismo. Assim é que Benjamin Coriat, cujas análises críticas ao fordismo representaram significativos aportes teóricos para a compreensão das formas de controle praticadas pelo capital sobre o trabalho, afirma que o modelo japonês, com as devidas abstrações das relações sociais reconhecidas por ele como opressivas no Japão, contém, do ponto de vista técnico, alcance universal

nos aspectos que, para ele, apresentam maior unidade entre concepção e execução do processo produtivo.

Coriat considera que tecnicamente, o modelo é portador de maior democracia em relação ao saber fazer operário. O desafio para o ocidente está em concebê-lo e difundi-lo de forma a preservarem-se as formas históricas e culturais de representação e negociação praticadas na Europa pelo setor assalariado.

Ao serem desvinculadas produção técnica de processos sociais, é possível observar a confluência que aproxima as formulações apresentadas na Escola de Regulação Francesa, que reivindica inspirações marxistas, às apresentadas pelos liberais. Em ambas encontramos traços de apologia às inovações tecnológicas que se sobrepõem às análises sobre seu caráter essencial: elas são produto de relações intrínsecas aos modos de produção e expressam, portanto, no capitalismo, as relações de dominação que lhes são inerentes, embora, constantemente renovadas.

É claro que para assegurar os efeitos predatórios dos atuais processos produtivos e econômicos, apelos ideológicos mais gerais deveriam ser reformulados, visando neutralizar, assim, os movimentos de resistência. Nesse cenário, os apelos por novos padrões de qualidade e produtividade, exigência, mesmo, da acirrada competição internacional, foram amplamente difundidos, justificando as alterações de ordens técnica e gerenciais da produção. Entre o emaranhado de idéias que circundam esse assunto, encontramos noções como polivalência, qualificação profissional, flexibilidade, competência, empregabilidade e outros que, embora não sejam novos, surgem agora com ressignificações.

Não seria muito esperar que estudiosos minimamente críticos dos atuais processos, ao invés de propagandear tais noções como se fossem naturalmente dadas, procurassem colocar em questão os diversos processos de aquisição do conhecimento humano e os diferentes meios utilizados pelo capitalismo para expropriar os trabalhadores do acesso a ele. Isso ele fez, renovando constantemente as formas de controle sobre o trabalho e sobre a classe que o executa. O que podemos constatar é a incorporação acrítica desse vocabulário com frequência cada vez maior, seja em textos acadêmicos, empresariais, governamentais e sindicais, independente da corrente ideológica que dizem exprimir.

A atual reestruturação produtiva combina mudanças de ordem técnica e gerencial e caracteriza, conforme já afirmado por Marx, as formas com as quais diferentes fases de crise de acumulação afetam os trabalhadores. O alvo comum que centraliza os combates concorrenciais entre capitalistas é o barateamento dos produtos, perseguido por intermédio de rivalizações no emprego de maquinarias que substituem força de trabalho e na aplicação de novos métodos de produção. Conforme sentenciado pelo autor, "em todo ciclo industrial, chega o momento em que se procura baratear as mercadorias, *diminuindo-se* à força o salário abaixo do valor da força de trabalho" (1994: 519, grifo meu).

Diante do grau de exclusão que atinge hoje os trabalhadores, muitos dos quais relegados às condições arcaicas predominantes nos primórdios da implantação

do capitalismo, não é muito difícil supor que o acesso a níveis mais elevados de autonomia e conhecimento continuará extremamente seletivo. Contudo, os termos utilizados na atual reestruturação produtiva, ao se reportarem a essas noções, as quais, diga-se de passagem, já representaram condições concretas roubadas do trabalhador pela introdução dos métodos tayloristas de gerenciamento, incorporam ao discurso dominante reivindicações históricas da classe operária, propiciando a cooptação de parte significativa do movimento sindical.

A simultaneidade entre desregulamentação econômica e flexibilidade produtiva vem sendo largamente observada, cabendo o desafio de caracterizar, agora, as formas de ideologia materializadas na manutenção dessa ordem perversa que cada dia mais desagrega e exclui. Conforme examinado por Chesnais (1994), a cada investida das empresas para automatizar a produção, formas anteriores de contratação do trabalho são destruídas e, com elas, os meios criados pelos operários, como resistência à exploração no local de trabalho.

Dito isso, é necessário frisar que embora o neoliberalismo e a reestruturação produtiva representem ações capitalistas capazes de levar ao flagelo imensas parcelas da classe trabalhadora, através do desmantelamento de suas organizações, isso não é resultado de fatores isolados, mas das relações sociais que se materializam no sistema capitalista. É a ele que devemos direcionar os esforços críticos originados de nossa capacidade, ainda, de indignação e revolta contra a absurda opressão que diariamente desfila frente ao nosso cotidiano.

Mais do que nunca, para compreendermos o aprofundamento da divisão entre ricos e pobres que configura o atual período, torna-se fundamental resgatar o conceito de *classe social*, tomando como referência as formulações, por muitos consideradas *jurássicas*, de Karl Marx. O abandono da crítica da sociedade estruturada a partir da propriedade e controle privados dos meios de produção reitera e justifica os mecanismos que fundamentam a tirania imposta do capital sobre o trabalho.

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva no Brasil

Dois grandes momentos da difusão do neoliberalismo e, com ele, os apelos por mudanças de ordem produtiva, podem ser identificados no Brasil. Um deles, a partir de 1987, se manifestou através do fenômeno que ficou conhecido por *sindicalismo de resultados*. O outro, em novembro de 1990, primeiro ano do governo de Fernando Collor de Melo, foi a implantação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade — PBQP. Ambos, expressaram atitudes que contribuíram imensamente para conformar uma nova ideologia produtiva e se tornaram agentes decisivos da difusão das características do modelo japonês de produção.

Ao ser difundido, o modelo japonês trouxe com ele justificativas ideológicas que, em grande parte, balizaram as políticas neoliberais colocadas ostensivamente em prática no país desde quando Fernando Collor de Melo foi alçado à presidência.

Assim, Estado e parte de um movimento sindical forjado para se opor à recém criada Central Única dos Trabalhadores — que acenava com palavras de ordem

como socialismo e independência de classe e unificava bandeiras em torno da diminuição da jornada de trabalho e não pagamento da dívida externa — dobrados ao capitalismo internacional forneceram o arcabouço ideológico necessário à implantação das políticas (industriais, econômicas e sociais) que, desde então, sustentam as atividades que alimentam o mercado mundial, conforme determinado pelas potências hegemônicas.²

Devemos avaliar, sistematicamente, o impacto dessas políticas sobre a luta de classes no Brasil. Nossa percepção nos faz crer que, enquanto movimentos sociais como o MST resistem contra a capitulação frente aos desmandos e às barbáries do atual sistema, o movimento sindical cutista, cada vez mais mostrando a face corporativa assumida ao longo de sua formação, está contribuindo para aprofundar o recuo da luta dos trabalhadores por autonomia, emancipação e solidariedade de classe.

Inúmeros massacres e prisões arbitrárias estão sendo perpetrados contra trabalhadores rurais e não presenciamos, a não ser em declarações de um ou outro dirigente sindical veiculadas na mídia, nenhuma ação mais efetiva pautada nos esforços por mobilização geral que tenda para a unificação de lutas pela reforma agrária ou em solidariedade aos trabalhadores ligados ao MST. Enquanto isso, estes vêm sofrendo sistemáticos ataques que resultam em mortes, torturas e prisões, como nos velhos tempos da horripilante ditadura militar.

Inúmeros estudos sobre o papel ideológico exercido pelo sindicalismo de resultados, foram realizados, destacando-se entre eles um dos pioneiros, empreendido por Ozéas Duarte (1988), quando essa variante do *novo sindicalismo* ainda estava despontando. Em que medida os processos ideológicos desencadeados impregnaram a própria CUT, tornando muito próximas hoje, as práticas das duas maiores centrais no Brasil: Força Sindical — fundada no berço do sindicalismo de resultados e embalada pelo governo neoliberal de Fernando Collor — e Central Única dos Trabalhadores — fundada com princípios de classe que expressam os antagonismos dos trabalhadores frente ao capital?

O fato é que a junção entre Estado, empresários e as novas formas assumidas pelo movimento sindical cumpriu papel de alcance ilimitado na hegemonização dos termos relacionados com a reestruturação produtiva e com o que passaram a conotar como inexorável — a *globalização* da economia — disseminados como condição de *inserção na modernidade*.

Apenas para caracterizar o papel do Estado e as articulações dele com os propósitos da acumulação capitalista em seus padrões atuais, indicando, ao contrário do que prega o receituário vigente do Estado mínimo, forte presença dele nas conformações dos mercados, podemos observar pelo menos duas ações praticadas sistematicamente, de modo cada vez mais acintoso, desde a era Collor:

2. Na *Lutas Sociais*, 1 a autora comenta as aproximações aqui mencionadas entre o surgimento do *sindicalismo de resultados* como uma das bases de sustentação das políticas neoliberais implantadas por Collor, em 1990. Estudos mais aprofundados sobre essas conexões foram realizados em sua dissertação de mestrado (Borges, 1997).

1) quanto à destinação de recursos financeiros que alavancam processos de reestruturação produtiva voltados para os padrões da competitividade excludente, conforme determinados por países hegemônicos;

2) quanto à difusão do arcabouço ideológico necessário para implantação das políticas em curso.

Observações de ordem empírica e estudos ainda incipientes nos levam a crer que essas ações relacionam-se diretamente com o aporte dos recursos públicos direcionados a programas e projetos governamentais incentivadores de atividades propagadoras dos termos utilizados pela atual reestruturação produtiva.

O precursor deles, sem dúvida, foi o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade — PBQP, em vigor ainda hoje, com as mesmas características de quando foi lançado por Fernando Collor de Melo.

O PBQP, desde o seu lançamento, mostrou-se perfeitamente coerente com a identificação do governo com a ideologia neoliberal. Grande esforço foi despendido para envolver, nesse mesmo ideário, empresários, trabalhadores e movimento sindical. Além dos vários ministérios — Justiça, Economia, Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio — participaram também, da sua elaboração, representantes de classe como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp e da Confederação Nacional das Indústrias — CNI. Somente três anos depois, com os termos satisfatoriamente assimilados pela sociedade brasileira, os trabalhadores, através de suas representações sindicais em fóruns tripartites, foram incorporados à composição do programa. Tal fato foi demarcado pelo Seminário Nacional “Os Trabalhadores e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade”, que ocorreu na Unicamp-SP e teve a participação de representações empresariais, acadêmicos, centrais sindicais e órgãos de governo. O evento foi coordenado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos — Dieese, que posteriormente publicou os resultados. (Dieese, 1993)

No intuito de ilustrar a que veio o PBQP, reproduzimos longo trecho da dissertação de mestrado da autora, pois entendemos que reescrevê-lo faria com que perdesse força nos esclarecimentos pretendidos:

“Num documento intitulado *Exposição de Motivos n.º 171*, assinado em 26/6/90 por Bernardo Cabral (Ministro da Justiça), Zélia M. Cardoso de Mello (Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento) e por José Goldemberg (secretário da Ciência e Tecnologia da Presidência da República), e dirigido ao presidente, os signatários apresentam os argumentos que serviriam de justificativa para a instituição do PBQP. Eles demonstram, com clareza, que a reestruturação produtiva deveria ser o elemento fundamental de sintonia do país com as políticas neoliberais em curso no desenvolvimento internacional. Apelando para a necessidade de intervenção do Estado na modernização da indústria, esta é apresentada como estratégia de inserção do país ‘no contexto das economias mais desenvolvidas.’

Ao descrever os *desafios* impostos à modernização industrial, o documento sugere que a busca de capacitação tecnológica e da gestão empresarial inovadora

são elementos centrais da competitividade. Praticamente ignorando o primeiro desafio, considera que a *Qualidade* e a *Produtividade* são metas indispensáveis para vencer o segundo. Conforme consta no documento, 'qualidade e produtividade representam uma filosofia de gestão empresarial que deve ter como prioridade conduzir todos os segmentos da empresa a uma postura de compromisso total, de dirigentes e empregados, em todas as fases do processo produtivo. Tal postura assegura produtos e serviços com desempenho conforme as especificações e *totalmente orientados para as aspirações do mercado.*' (grifo nosso)

Segundo os proponentes do documento 'a vigorosa atuação empresarial voltada para a qualidade e produtividade tem sido apontada como responsável pelo espetacular êxito econômico do Japão e, mais recentemente, dos *Tigres Asiáticos*'.

Embora declare que o 'setor produtivo contribuirá com parte preponderante dos esforços e recursos requeridos', cabendo ao governo os 'papéis de coordenador, em nível estratégico, e de articulador, para a execução e avaliação de resultados', o documento coloca, como um dos itens das *pré-condições* já existentes para se deflagrar um programa de tal magnitude, a 'disponibilidade de mecanismos de fomento e de apoio financeiro (Finep, CNPq, Banco do Brasil, BNDES, agentes estaduais, entre outros)', deixando claramente configurada a idéia de que os recursos públicos deverão ser administrados pela iniciativa privada

Encerrando o documento com a proposta para que o governo lance o PBQP, com o objetivo de estabelecer um conjunto de ações indutoras da modernização industrial e tecnológica do país, o grupo tem a 'honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, o *Termo de Referência* do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade'.

Na introdução desse *Termo de Referência*, e em perfeita sintonia com as propostas neoliberais, o documento propõe que 'a inserção do Brasil no contexto das economias mais desenvolvidas é função da capacidade de modernização da indústria, ao lado de profundas transformações de ordem interna que contemplem, entre outros aspectos, a redução da participação do Estado na atividade produtiva, um amplo processo de desregulamentação da economia e também a busca de maior eficiência do aparelho governamental.'

Antecipando a torrente de apelos que passaram a ser divulgados, após o lançamento do PBQP, pelos meios acadêmicos, pela mídia e pelos órgãos governamentais e, ao mesmo tempo, encorajando aos que já haviam adotado práticas de gestão requeridas pelo modelo, o documento sugere: 'A modernização industrial requer a adoção de novos métodos de gerenciamento de produção e de gestão tecnológica na empresa, bem como depende da capacidade de incorporação de novas tecnologias de produto e de processo na atividade produtiva.'

Seguindo a orientação do *Termo de Referência*, segundo o qual o 'PBQP tem como filosofia o engajamento de toda a sociedade para a consecução de seus objetivos', o governo passou a lançar mãos de todos os recursos para propagandear a nova filosofia produtiva. Em cadeia nacional de rádio e televisão, apresentado por um longo discurso do "Excelentíssimo Senhor Presidente da

República, foi lançado, oficialmente, em 7 de novembro de 1990, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

Os aspectos referentes às formas de organização praticadas pelo chamado modelo japonês se tornaram, então, práticas institucionalizadas. O modelo japonês, que entre 1986 e 1990 aparecera de forma persistente, mas como resultado de experiências da iniciativa privada e limitado a alguns setores empresariais, passou a ser reconhecido como política industrial a ser implantada por intermédio do gerenciamento do Estado. Os conceitos como qualidade, produtividade, modernização, eficiência, mercado livre, entre outros, passaram a fazer parte do vocabulário governamental, eles foram contrapostos às formas produtivas adotadas pelos fabricantes das nossas *carroças*, comparação feita, pelo presidente, aos carros produzidos no Brasil, frente aos dos concorrentes estrangeiros." (Borges, 1997)

Uma vez institucionalizado, o PBQP ativou um forte processo de racionalização nas empresas, condicionando créditos às que adotassem programas de reestruturação produtiva nos moldes apregoados pela competitividade internacional, ou seja, introduzindo os diferentes tipos de flexibilização, as terceirizações e os programas de qualidade e produtividade, cujas caracterizações não temos aqui espaço para descrever, mas cujo efeito sobre o emprego, infelizmente conhecemos bem.

Impactos sobre a luta de classes

Desde o seu nascedouro, em 1991, dando continuidade as premissas do sindicalismo de resultados, a Força Sindical expressou adesão explícita aos interesses do capital e às políticas neoliberais que o alimentavam, não constituindo, pois, contradição, a sua atuação. Sobre o PBQP, Medeiros anuncia que "A Força Sindical promove, de 25 a 27 de março, (...) um seminário Nacional sobre 'O Trabalhador e o Programa de Qualidade e Produtividade', com o objetivo de identificar alternativas para a grave crise econômica, através de mecanismos de política industrial. É outra iniciativa inédita da central sindical que está realizando uma verdadeira mudança de mentalidade dentro do sindicalismo brasileiro e contribuindo, de forma concreta, para a modernização das relações entre trabalhadores e empresários no Brasil". (Medeiros, 1992: 71)

Percebemos portanto que sindicalista e Estado falam a mesma linguagem com o objetivo explícito de aproximar mentalidades de empresários e de trabalhadores. Para isso, buscam definir uma nova estratégia ideológica cujo objetivo é estabelecer o consenso que unifique prática sindical, atitudes empresariais e políticas de governo em torno das formas produtivas exigidas pela nova divisão internacional do trabalho.

Precisamos compreender como as políticas desencadeadas pelas alianças mencionadas alteraram a correlação de forças entre as classes sociais. A esse respeito recorreremos, mais uma vez, a formulações presentes na dissertação da autora:

"Acreditamos que o sindicalismo proposto pela nova central imprimiu uma dinâmica de adesão ao capitalismo, nas lutas travadas pelos sindicatos em geral.

A CUT tem mostrado uma debilidade de resistência que provém de forças conciliadoras, as quais sempre existiram em seu interior. Contudo, se antes as disputas internas favoreciam as tendências que imprimiam um caráter classista ao perfil da central, hoje, a corrente que se tornou majoritária dificulta um embate mais incisivo contra a Força Sindical e, assim, aos princípios do capitalismo neoliberal defendidos por ela”.

A idéia de inexorabilidade foi fortemente incorporada, entre outras tantas que compõem a ideologia da *globalização*. Ela passou a ser compreendida por muitos como força exterior aos movimentos sociais. Tais atitudes têm colocado como limite máximo, ações que unem dirigentes sindicais, cutistas ou não, empresários e intelectuais em propósitos que remetem ao Estado a execução de projetos políticos para estimular o crescimento da indústria, tais como as Câmaras Setoriais, os acordos tributários, as isenções fiscais ou a proteção de mercados, além, é lógico, de clamarem por *políticas compensatórias*, uma vez considerados inevitáveis os efeitos da exclusão, preço a ser pago para que o Brasil torne-se *moderno e inserido no primeiro mundo*.

Não é exagero afirmarmos que a CUT, incorporando no próprio discurso as noções ideológicas que pautam a atual reestruturação produtiva, tornou-se forte defensora de um *capitalismo humanizado*, disputando, mais na mídia e menos na organização de suas bases, concepções sobre *formas menos predatórias* de administração da economia de mercado. Cabe ressaltar que tais posições não são homogêneas e expressam, também, forças ideológicas em disputa. Setores sindicais no interior da Central questionam essas práticas e buscam formas alternativas e mais abrangentes de combate ao capitalismo. Alguns sindicatos filiados à CUT têm fornecido apoio material e político a lutas outras de trabalhadores, fora da esfera profissional que representam, como pôde ser observado pela autora em presença nas ações de atos de solidariedade ao acampamento do MST — Nova Canudos — em Porto Feliz, município de São Paulo.

Resistência já!

Podemos crer que existem ainda espaços razoáveis para o crescimento da exclusão, principalmente considerando-se a frágil posição em que foi colocada a classe trabalhadora nos processos atuais. O limite das lutas sociais que o movimento cutista expressa está colocado nos conflitos corporativos que separam a classe trabalhadora entre os que, por hoje, empregados, lutam apenas para manter seus empregos, e aqueles que se digladiam nas longas filas pelos subempregos, situação que os meios de comunicação, misturando propaganda ideológica com guerra por audiência, vêm frequentemente revelando.

Para além desse intolerável limite estão as lutas que, teimosamente, persistem contra a ordem capitalista. A professora Maria Carmela Buonfligio, num texto sugestivamente denominado *Trabalhadores e a Atual Reestruturação Produtiva: Inventário de Resistências (s/d)*, apresenta um quadro, o qual considera ainda bastante incompleto, das grandes e pequenas atitudes de resistência que

ocorreram no mundo todo, de julho/96 a outubro/97, contra a reestruturação produtiva e os processos capitalistas atuais. O texto traz descrições de greves, marchas, manifestações e enfrentamentos que acontecem com frequência cada vez maior, tornando verdadeira a afirmação da professora de que, "além de registrar essas resistências", quer lembrar aos que lutam que eles, "não representam singularidades, exceções, mas cada vez mais a normalidade".

As lutas são reais, assim como é a situação de flagelo com a qual nos defrontamos diariamente, em decorrência de mais uma grande ofensiva do capital. Nenhum de nós, os que na luta de classes nos alinhamos nas fileiras dos trabalhadores, podemos nos furtar a essas lutas. A omissão frente a elas é expressão da mais vil passividade e resignação.

Resistência já!

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, Michel (1986). *Regulacion y crisis del capitalismo*. México, Siglo Veintiuno.
- BORGES, Celia R. Congilio (1997). *Reestruturação Produtiva e Luta de Classes: impactos políticos ideológicos da difusão do modelo japonês no Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP
- _____ (1996). "A atual reestruturação produtiva e a crise econômica global". *Lutas Sociais*, nº 1.
- BUONFIGLIO, Maria Carmela (s/d). *Trabalhadores e a Atual Reestruturação Produtiva: inventário de resistências (mimeo)*.
- CHESNAIS, François (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã.
- _____ (1989). *A Revolução dos Robôs: o impacto socioeconômico da automação*. São Paulo, Buscavida.
- _____ (1990). *Pensar ao Revés: trabajo y organization del la empresa japonesa*. México, Siglo XXI.
- CUT (1983). *Estatuto de Fundação*. São Paulo, CUT.
- DIEESE (1993). *Os Trabalhadores e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade*. São Paulo, Dieese.
- DUARTE, Oseas (1988). *Os mercados de ilusões: análise crítica do "sindicalismo de resultado"*. São Paulo, Brasil Debates.
- GORZ, André (1987). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense.
- LIPIETZ, Alain e LEBORGNE, Danielle (1992). "Ideas falsas y cuestiones abiertas sobre el posfordismo". *Trabajo*, nº 8 (mimeo).
- MARX, Karl (1994). *O Capital*. Livro I, vol.1. São Paulo. Civilização Brasileira.
- MEDEIROS, Luiz A. de (1992). *A conquista da modernidade: idéias e propostas para um Brasil mais justo*. São Paulo. Geração Editorial.
- OFFE, Claus (1991). *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- OFFE, Claus (1989). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo. Brasiliense.
- PETRAS, James (1999). *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo. Xamã.